

Meus caros estudantes.

Meus amigos.

Diante de um auditório jovem como este, refletindo com fidelidade a inquietude e os anseios das novas gerações, faltam-me palavras para agradecer o honroso convite para esta palestra.

Afinal, como vocês em breve estarão assumindo a responsabilidade pelos destinos do país, não posso frustrá-los nas suas expectativas com frases vazias e idéias ultrapassadas. Mesmo porque não haverá uma equilibrada transição entre o Brasil do passado e o Brasil do futuro se não houver uma adequada reflexão sobre o Brasil do presente.

O momento é tenso e grave, embora a obra liberalizante do presidente Figueiredo encontra continuidade no trabalho leal e sincero do presidente em exercício Aureliano Chaves. Exige, portanto, que essa passagem de bastão entre os políticos de hoje e os líderes de amanhã se dê num clima de respeito recíproco e autoridade moral. Pois a sobrevivência da dignidade dos menos favorecidos depende de nossa capacidade de realizar as reformas sociais, que se fazem necessárias.

Somente essa interação entre as gerações possibilitará, a meu ver, a construção sem traumas de uma Nação punjante e justa, saudável e legítima. E, para que esse intercâmbio entre a experiência de minha geração e o sentido de espírito público da de vocês tenha um mínimo de sucesso, temos de encontrar um ponto de identidade de nossas preocupações atuais.

A inclinação pela política é, com certeza, esse nosso ponto comum.

Pois, de um lado, revela nosso inconformismo com a ilegitimidade das estruturas sócio-econômicas vigentes. Dos 120 milhões de brasileiros, por exemplo, apenas 40 milhões integram a força de trabalho. E, dos 80 milhões economicamente inativos, mais da metade encontra-se à margem dos padrões mínimos de consumo.

De outro lado, traduz nossa disposição de superar resistências conservadoras e de desarmar espíritos, lutando pela emancipação definitiva de nossa população. O que está condicionado à construção de instituições humanizadas, capazes de enfrentar a complexidade social sem comprometer os direitos individuais.

Emancipação e política, como podem ver, são idéias que se complementam. Sim, porque a práxis política converteu-se, hoje, numa verdadeira questão de libertação e independência: ou nos lançamos decididamente ao desafio da renovação das lideranças nacionais, ou, então de crise em crise caminharíamos rumo a uma sociedade dividida, onde os urgentes reclamos de justiça social se converterão em pretextos para atos de violência e arbítrio.

Por isso mesmo, a práxis política também é uma forma de integração, na vida pública nacional, de moços e velhos, religiosos a ateus, patrões e empregados, professores e estudantes, militares e civis, governantes e governados.

A práxis política é, igualmente, uma forma de superação

aquelas amarras autoritárias que, durante anos, cassaram a voz de cada brasileiro - como se a simples conquista de sucessivas taxas de crescimento fosse o único caminho do paraíso.

A práxis política é, ainda, uma forma de incorporar no

processo decisório os verdadeiros responsáveis pela impressionante

transformação econômica deste país. Refiro-me tanto aos corajosos

empreendedores nacionais, aqueles que converteram seus lucros na criação

de novos empregos e riquezas, negando-se a gastá-los em cassinos ou

aplicá-los em especulações; quanto aos trabalhadores dos campos e das

idades, aqueles que consolidaram o Brasil como a 8ª economia do mundo

sem, contudo, terem direito a qualquer dividendo em troca de seu esforço.

A práxis política, em suma, é uma forma de conciliar aquilo

que os regimes autocráticos sempre procuraram manter distanciados: os

anseios de maior igualdade, no plano sócio-econômico, e os anseios de

maior liberdade, no plano jurídico, já que é falacioso eliminar-se a

liberdade do presente em nome de um hipotético e longínquo bem-estar.

Por isso mesmo, a práxis política não pode ser confundida com

malabarismos partidários ou questões de engenharia institucional.

Confusão essa que o governo não apenas costuma fazer, mas, também

patrocinar, impondo por decurso de prazo reformas eleiçoeiras que

almejam viciar a vontade das urnas.

../.

A práxis política, pelo contrário, é a forma pela qual podemos romper a tendência do Estado brasileiro, desde a década de 30, de prestigiar mais sua própria eficácia do que a ampliação dos direitos políticos e das oportunidades econômicas.

É por meio dela, enfim, que podemos criar vigorosos órgãos representativos. É por meio dela que podemos aprimorar, progressivamente um regime aberto capaz tanto de acolher as mais diversas formas de participação emergentes na sociedade, quanto as próprias expectativas de vida dos quase dois milhões de jovens que, anualmente, disputam entre si um lugar no mercado de trabalho.

Como podem ver, essa participação política é uma obrigação de todos nós, pois as dificuldades atuais comprovam que o crescimento econômico dos últimos anos tornou o Brasil bem mais rico sem, contudo, ter produzido a paz social.

Quando muito, provocou desejos de maior consumo num contexto de recursos escassos e de limitação de matérias primas, levando os menos favorecidos a almejamem aquilo que a sociedade, como um todo, nunca teve condições de fornecer ou de produzir.

Por isso mesmo, gerou frustrações crescentes, das quais as ocupações de terras, as depredações de ônibus e o desprezo às autoridades constituídas têm sido simples reflexos.

Reflexos alarmantes, sem dúvida. Pois traduzem os riscos de um ceticismo muito mais grave e de consequências imprevisíveis: a

descrença, da parte de alguns brasileiros, na própria continuidade da distensão política.

Ou seja: a falta de confiança nas virtudes dos processos democratizantes, considerados pelos mais afoitos como excessivamente lento para a realização das transformações sócio-econômicas. Uma desconfiança que, invariavelmente, é acompanhada por certa sedução pelas mudanças provocadas por verdadeiras insurreições.

Meus jovens.

É esse tipo de sedução que temos de evitar. É essa vontade indisfarçada de andar mais depressa do que o tempo que temos de rejeitar. É esse tipo de risco insurrecional que, entre nós, não podemos correr.

Tenho insistido na tese de que a luta pela democracia não se esgota, de um lado, na simples ampliação do controle político das instituições públicas. E, de outro, que ela não se confunde com exigências inviáveis, atitudes inconsequentes e repúdio infantil às estruturas sócio-econômicas do Ocidente.

A luta pela democracia significa, pelo contrário, a responsabilidade de convivência com instituições livres, em condições de amortecer os inevitáveis conflitos de uma economia capitalista, como esse exemplificado pela ocupação de terras, em todo o país.

Significa, igualmente, a realização de reformas jurídico - políticas a partir de critérios de justiça social, seja para evitar

a ação predatória dos especuladores, seja para ampliar o potencial produtivo do país, seja para neutralizar a pressão.

Às vezes, quando reformas desse gênero são teimosamente adiadas, os defensores desse radicalismo costumam encontrar certo eco na sua condenação à lentidão dos processos democratizantes. No entanto, sempre se esquecem de que os regimes democráticos são, pela sua essência, reformistas. Ignoram que os sistemas abertos asseguram grandes margens de transformações da sociedade - transformações essas que nenhum sistema autoritário pode garantir.

E desconhecem o fato de que só as democracias reúnem condições para criar autoridades legítimas, com capacidade de enfrentar as mais diversas crises sociais, econômicas e políticas. Com a vantagem de, além do mais, permitir a substituição dos governantes quando estes fracassam no encaminhamento de soluções harmoniosas para os conflitos inerentes às sociedades industriais.

Se vocês quiserem alguns exemplos significativos para a comprovação de minhas convicções democráticas, vejam os jornais e abram os olhos para o mundo. A crise econômica internacional tem corroído mais as ditaduras do Leste europeu do que enfraquecido a coesão dos governos democráticos do Ocidente. Presidentes e primeiros ministros foram fragorosamente derrotados nas últimas eleições nos Estados Unidos, França e Canadá, justamente por terem falhado em

seus projetos. Mesmo assim, e talvez por causa disso, as instituições têm-se fortalecido ainda mais. Enquanto isso, a Polônia caminha dramaticamente para o caos, tamanhas as pressões contra seus anseios liberalizantes.

A lição a se tirar dessa comparação é importante. Ela vale para todos nós - especialmente como advertência para os falsos "libertadores", isto é: tanto aqueles que imaginam poder distribuir renda sem a existência de correspondentes trabalhos produtivos, quanto aqueles que confundem a educação do povo com seu mero amestramento ideológico.

É preciso ficar claro, como a história tem demonstrado, que a dignidade da pessoas humana não vem de fora para dentro, nem de cima para baixo. Ela não se confunde com ato de misericórdia, nem com concessão do autoritarismo, nem mesmo com reivindicações do oportunismo, e menos ainda com as retóricas vazias ou com as manipulações ideológicas.

Meus jovens.

Talvez eu não esteja dizendo coisas novas. Mas, ao menos, recordo a importância de algumas idéias que nunca poderiam ter sido esquecidas. Idéias que, com certeza, animam-lhes a manifesta disposição de um engajamento político e partidário na construção de um novo Brasil - aberto e justo, legítimo e digno, um Brasil essencialmente democratizado.

Idéias que, entre nós, foram anteriormente articuladas por um dos mais lúcidos homens públicos que este país já teve: San Tiago Dantas. Ao agradecer a saudação que lhe foi feita por outro estadista, Octávio Gouveia de Bulhões, em 1963, na entrega do título de Homem de Visão daquele ano, San Tiago fez esta afirmação:

"Se o pensamento democrático não for capaz de formular, em termos válidos e inteligíveis, seu esquema de reforma social, esta abrirá seu caminho anti-democraticamente ... Toda contemporização ou insinceridade na abertura de um rumo eficaz de reforma social se liquida, desse modo, num reforço do processo anti-democrático e na debilitação a curto prazo da própria democracia".

Ao terminar, peço que reflitam sobre essa advertência . Estejamos tranquilos e confiantes quanto à viabilidade de nosso país, uma vez que a capacidade de recuperação de nossa economia é um dado inquestionável. Mas não percamos de vista a necessidade de um esforço político conjunto, capaz tanto de propiciar uma nova ordem sócio-econômica quanto de isolar os bolsões autocráticos.

Lutar pela consolidação desse esforço comum e reanimar os mais céticos, meus jovens, é a responsabilidade maior de todos vocês.

Muito obrigado.